III CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE SERVIDOR DA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ – DPE/PR

CONCURSO PÚBLICO
EDITAL Nº 1/2023

DPE PR
DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PARANÁ

ANALISTA DA DEFENSORIA PÚBLICA – CONTABILIDADE

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:

INSTITUTO CONSULPLAN

LÍNGUA PORTUGUESA

O direito humano ao meio ambiente equilibrado

Em 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano.

É recente a preocupação com o meio ambiente, que era visto como fonte inesgotável de recursos. O primeiro alerta para a questão coube à bióloga *Rachel Carson*, no livro "A primavera silenciosa", em 1962, denunciando os danos da poluição por produtos químicos.

O Dia Mundial do Meio Ambiente, 5 junho, remete à abertura da Conferência da ONU em Estocolmo (1972), que inseriu a preocupação ambiental na pauta dos líderes mundiais, lançando o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (Pnuma).

Seguiram-se encontros e tratados. Na Cúpula de 2015, foram definidos os novos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – Agenda 2030. Em 2021, o Conselho de Direitos Humanos da ONU reconheceu o meio ambiente limpo, saudável e sustentável como um direito humano. A ação humana é a preocupação central das discussões, com a meta de preservar a vida e o planeta.

O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – sintetiza o compromisso com o futuro: "o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades", apontando o flagelo da desigualdade. O desenvolvimento sustentável requer o atendimento das necessidades humanas pelo potencial produtivo, garantindo oportunidades iguais para todos.

No Brasil, a Lei 6.938/1981 definiu o meio ambiente como "conjunto de bens, influências e interações de ordem físicas, químicas e biológicas, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas". O conceito incorpora a compreensão da ONU acerca dos múltiplos fatores que afetam os seres vivos e as atividades humanas. Institucionalizou a Política Nacional do Meio Ambiente, marco histórico-humanístico para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, a segurança nacional e a proteção da dignidade da pessoa humana.

Nesse contexto, as organizações públicas, com grande peso no consumo de bens, são essenciais na implementação de políticas de sustentabilidade, preservando os bens naturais às gerações futuras.

(*Leomar Daroncho, Procurador do Trabalho. *Cynthia Maria Simões Lopes, Procuradora Regional do Trabalho. Correio braziliense, junho de 2023 – Fragmento.)

Questão 01

O enfoque dado ao tema a partir do desenvolvimento das ideias e informações apresentadas no texto está indicado em:

A) Ênfase à popularidade do conceito de sustentabilidade e sua alta disseminação por meios diversos.
B) Comprometimento de organizações públicas e instituições afins com os fatores sociais estabelecidos no século XXI.
C) Necessidade do rompimento com estratégias estáticas de desenvolvimento que contribuem com aumento da desigualdade.
D) Aplicação de políticas e ações de sustentabilidade que proporcionem o atendimento a necessidades humanas em uma associação de equilíbrio.

Questão 02

Na relação estabelecida na estrutura utilizada no título do texto pela preposição empregada pode ser observado o emprego da norma padrão assim como em:

A) O depoente respondeu objetivamente às questões propostas.
B) Aquelas palavras ceifaram à esperança de que houvesse alguma solução.
C) Em seguida, foi proposto que todos os presentes assistissem o vídeo referido.
D) Em decorrência da situação apresentada, o presidente exonerou-lhe do cargo.

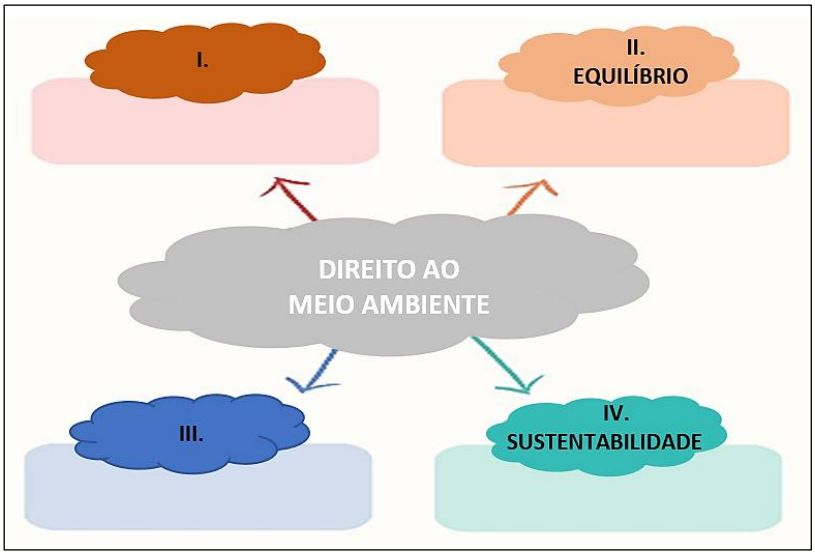
Questão 03

A primeira afirmativa do texto é justificada por meio de uma estratégia frequente em textos pertencentes ao gênero textual apresentado, tratando-se de:

A) Citação por meio da utilização de voz de autoridade acerca do assunto referido inicialmente.
B) Inserção de uma sequência textual descritiva acerca do livro de *Rachel Carson* "A primavera silenciosa, 1962".
C) Expressão explícita do ponto de vista acerca da relevância do meio ambiente e sua relação com o ser humano.
D) Esquema comparativo entre a preocupação com o meio ambiente e o fato de ser considerado como fonte de recursos não perenes.

Questão 04

De acordo com o conteúdo textual, considere o estabelecimento de um mapa conceitual que abarca de forma adequada as relações existentes entre as palavras e conceitos apresentados no texto em análise, conforme exemplificado a seguir.



Considerando as características de tal gênero textual desenvolvido anteriormente, assinale a indicação adequada para preenchimento das lacunas observadas.

I. Desigualdade: "Flagelo da desigualdade".
II. Equilíbrio: "Meio ambiente limpo, saudável e sustentável".
III. Reconhecimento institucional global: "Conselho, Conferência e Lei".
IV. Sustentabilidade: "O desenvolvimento sustentável requer o atendimento das necessidades humanas pelo potencial produtivo, garantindo oportunidades iguais para todos".

Está correto o que se afirma apenas em

A) II e IV.
B) I, II e III.
C) I, III e IV.
D) II, III e IV.

Questão 05

A partir da observação dos mecanismos de coesão textual assim como do domínio da estrutura morfossintática do trecho destacado a seguir, analise as sugestões possíveis de reescrita e assinale a hipótese em que tanto a correção gramatical quanto a semântica permanecem inalteradas. *"O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – sintetiza o compromisso com o futuro: 'o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades', apontando o flagelo da desigualdade."* (4º§)

A) No conceito: desenvolvimento sustentável, acrescentado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – sintetiza-se o compromisso com o futuro: "o desenvolvimento encontrado para as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades", apontando o flagelo da desigualdade.
B) O conceito de desenvolvimento sustentável; incorporado ao discurso público da ONU em 1987 (relatório Nosso Futuro Comum) sintetizando-o o compromisso com o futuro: "o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais ainda que sem comprometimento da habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades", apontando o flagelo da desigualdade.
C) O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 (relatório Nosso Futuro Comum) sintetiza o compromisso com o futuro: "o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem que haja comprometimento da habilidade das futuras gerações de atender as próprias necessidades", indicando o flagelo da desigualdade.
D) O conceito: desenvolvimento sustentável, incorporado ao discurso público da ONU em 1987 – relatório Nosso Futuro Comum – indica o compromisso com o futuro que sintetizam: "o desenvolvimento que encontram as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender às próprias necessidades", apontando o flagelo da desigualdade.

RACIOCÍNIO LÓGICO

Questão 06

Considere as premissas a seguir:

- Se hoje é feriado, então Júlia vai viajar e Gabriel terá folga.
- Se Júlia vai viajar ou Marcelo vai trabalhar, então Daniel vai ao *show*.
- Hoje, Gabriel está de folga e Daniel não foi ao *show*.

Sabendo-se que as premissas apresentadas são verdadeiras, é possível concluir que hoje

A) é feriado e Júlia vai viajar.
B) não é feriado e Júlia vai viajar.
C) é feriado ou Marcelo vai trabalhar.
D) não é feriado e Marcelo não vai trabalhar.

Questão 07

Após ser nomeado na DPE-PR, Rogério chegou ao órgão para trabalhar em sua estação de trabalho, onde há um computador à sua disposição. A fim de manter a segurança da informação no local, o supervisor de Rogério o explica que é necessário criar uma senha de quatro dígitos para seu usuário, sendo esta senha composta, necessariamente, por 4 algarismos. Após receber as instruções do supervisor, Rogério decidiu que irá criar uma senha, cujo número formado seja par e contenha o algarismo 7. De acordo com essas regras, o número de possibilidades que Rogério dispõe para a criação dessa senha pertence a qual dos intervalos a seguir?

A) 1 a 1.500.
B) 1.501 a 3.500.
C) 3.501 a 5.000.
D) 5.001 a 10.000.

Questão 08

Uma família é composta por três membros: pai, mãe e filho. Todos os três trabalham e possuem salários distintos, tais que:

- O triplo do salário do pai menos o salário do filho é igual a R$ 8.000,00;
- O salário da mãe mais o dobro do salário do pai vale R$ 16.000,00; e,
- A mãe recebe R$ 1.000,00 a menos que o filho.

Com base nesses dados, pode-se afirmar que a soma dos salários dos três membros dessa família é:

A) R$ 16.000,00.
B) R$ 17.000,00.
C) R$ 18.000,00.
D) R$ 19.000,00.

Questão 09

Considere a seguinte proposição:

P: Todos os defensores públicos tiram férias na praia ou descansam na região serrana.

Qual das alternativas apresenta a negação da proposição P?

A) Algum defensor público não tira férias nem descansa na região serrana.
B) Nenhum defensor público tira férias na praia ou descansa na região serrana.
C) Algum defensor público não tira férias na praia ou não descansa na região serrana.
D) Todos os defensores públicos não tiram férias na praia nem descansam na região serrana.

Questão 10

Dois amigos estavam conversando e, durante a conversa, ocorreram as seguintes falas:

- Amigo 1: Eu sou contra o mecanismo da assistência jurídica gratuita no país. Ela faz com que os impostos sejam ampliados e alguém deve pagar essa conta.
- Amigo 2: Discordo de você. Não defendo essa ideia de que os pobres devem ser proibidos de acessar a justiça em nosso país.

A argumentação apresentada pelo amigo 2 apresenta uma incoerência denominada falácia

A) do acidente.
B) *ad hominem.*
C) do espantalho.
D) do apelo à emoção.

CONHECIMENTOS SOBRE A LEI ORGÂNICA DA DEFENSORIA PÚBLICA E DO ESTATUTO DOS SERVIDORES DA DPE/PR

Questão 11

A Defensoria Pública do Estado do Paraná é uma instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a promoção dos direitos humanos, a orientação jurídica e a defesa, em todos os graus, judiciais e extrajudiciais, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita, aos necessitados, assim considerados nos termos do inciso LXXIV do Art. 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Tomando como base a Lei Complementar Estadual nº 136/2011, analise as afirmativas a seguir.

I. O Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná é constituído pelas receitas oriundas de auxílios, subvenções, doações e contribuições de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, de órgãos ou entidades federais, de outros estados ou municípios, bem como de entidades internacionais.

II. O Fundo da Defensoria Pública do Estado do Paraná – DPE-PR sem prejuízo das dotações consignadas no orçamento, tem por finalidade prover recursos financeiros para aplicação em despesas correntes e de capital; aparelhamento da DPE-PR; e, capacitação profissional de seus membros e servidores, bem como para assegurar a implementação, manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas no âmbito da DPE-PR e da Escola da Defensoria Pública do Estado.

III. O Conselho Superior Interino da Defensoria Pública do Estado será composto, por, no mínimo, dois membros e, no máximo, oito membros, a Presidência será exercida pelo Defensor Público-Geral; e, os demais membros são escolhidos dentre os advogados da Carreira Especial de Advogados do Poder Executivo do Estado do Paraná que tiverem a opção pela Carreira de Defensor Público homologada pelo governador do estado do Paraná.

IV. Aos assistidos pela DPE-PR, são direitos, além daqueles previstos no Art. 37 da Constituição da República e demais Leis e atos normativos internos, a informação sobre a qualidade e a eficiência do atendimento, observado o disposto no Art. 37, §3º CF/1988, sendo defeso o direito de ter sua pretensão revista no caso de recusa de atuação pelo Defensor Público do Estado.

Está correto o que se afirma em

A) I, II, III e IV.
B) I e II, apenas.
C) II e III, apenas.
D) III e IV, apenas.

Questão 12

O Processo Administrativo Disciplinar tem como objetivo específico apurar a verdade dos fatos constantes da representação ou denúncia associadas à responsabilidade de servidor por ilícito administrativo disciplinar praticado no exercício de suas atribuições, ou que tenha relação com as atribuições do cargo em que se encontre investido. Considerando a Lei Estadual nº 20.857/2021, assinale a afirmativa correta.

A) As denúncias sobre irregularidades serão objeto de apuração, ainda que sejam de forma anônima realizadas por meio da Ouvidora-geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
B) Quando o fato narrado não configurar infração disciplinar ou ilícito penal, a denúncia será encaminhada ao Ministério Público para conduzir as investigações por meio do Procedimento Investigatório Civil-PIC.
C) Quando houver dúvida sobre a sanidade mental do acusado, o juiz ordenará, de ofício ou a requerimento do Ministério Público, do defensor, do curador, do ascendente, descendente, irmão ou cônjuge do acusado, a suspenção do processo.
D) Será obrigatória a instauração de processo administrativo disciplinar sempre que o ilícito praticado pelo servidor ensejar na imposição de penalidade de suspensão por mais de trinta dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade, ou destituição de cargo em comissão.

Questão 13

A Defensoria Pública do Estado do Paraná assegura ao servidor o direito de petição em defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder contra ele. Considerando o Estatuto dos Servidores da Defensoria Pública do Estado do Paraná, o direito de peticionar prescreve em

A) dois anos, nos demais casos, salvo quando outro prazo for fixado em lei.
B) cinco anos a contar da demissão, da cassação de aposentadoria ou da cassação de disponibilidade.
C) cento e vinte dias, a contar da demissão, da cassação de aposentadoria ou da cassação de disponibilidade.
D) cinco anos, a contar dos atos que afetem interesse patrimonial e créditos resultantes das relações com a administração da Defensoria Pública do Estado do Paraná.

Questão 14

Considerando a Lei Estadual nº 20.857/2021, a licença gala, de dez dias, é concedida ao servidor em virtude de

A) aposentadoria.
B) acompanhamento do cônjuge ou companheiro.
C) seu casamento ou união estável, a contar da data da celebração que conste na certidão do registro civil.
D) cumprimento de mandato de presidente de entidade de classe com maior representatividade na categoria.

Questão 15

Considerando as disposições da Lei Complementar Estadual nº 136/2011, analise as afirmativas a seguir.

I. Decidir acerca da destituição do Corregedor-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná, por voto de dois terços de seus membros, assegurada ampla defesa.
II. Fixar, ouvida a Escola da Defensoria Pública do Estado, parâmetros de qualidade para a atuação dos Defensores Públicos do Estado.
III. Deliberar sobre a organização de concurso público para ingresso na Carreira de Defensor Público do Estado e do Quadro de Pessoal da Defensoria Pública do Estado e designar os representantes da Defensoria Pública do Estado do Paraná que integrarão a Comissão de Concurso Público.
IV. Interpor os recursos cabíveis para qualquer instância ou Tribunal e promover revisão criminal, sempre que encontrar fundamentos na Lei, jurisprudência ou prova dos autos, remetendo cópia à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado do Paraná.
V. Apresentar à Corregedoria-Geral da Defensoria Pública do Estado relatório de suas atividades, com dados estatísticos de atendimentos e, se for o caso, sugerir providências tendentes à melhoria dos serviços da Defensoria Pública do Estado do Paraná, no âmbito de sua atuação.

São consideradas competências do Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) I, II e III, apenas.
C) II, III e IV, apenas.
D) III, IV e V, apenas.

CONHECIMENTOS DE DIREITO ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL

Questão 16

Doutrinariamente, serviço público é considerado como sendo toda atividade administrativa ou de prestação direta e indireta de serviços à população, exercida por um órgão ou entidade da Administração Pública ou pela iniciativa privada; são prestados exclusivamente pela Administração Pública por meio de três dispositivos legais: pela concessão, permissão ou autorização do poder público. Sobre a classificação dos serviços públicos, relacione adequadamente as colunas a seguir.

1. Serviços públicos.
2. Serviços de utilidade pública.
3. Serviços próprios do Estado.
4. Serviços impróprios do Estado.

( ) Correspondem a atividades privadas e recebem impropriamente o nome de serviços públicos, porque atendem às necessidades de interesse geral. Por serem atividades privadas, são exercidas por particulares, mas, por atenderem às necessidades coletivas, dependem de autorização do poder público, estando sujeitas a maior ingerência do poder de polícia do Estado.
( ) São os que a Administração, reconhecendo sua conveniência para os membros da coletividade, presta-os diretamente ou consente que sejam prestados por terceiros (concessionários, permissionários ou autorizatários), nas condições regulamentadas e sob seu controle, mas por conta e risco dos prestadores, mediante remuneração dos usuários. São convenientes, mas não essenciais.
( ) São os que a Administração presta diretamente à comunidade, por reconhecer sua essencialidade e necessidade para sobrevivência do grupo social e do próprio Estado, tais como a Defesa Nacional, polícia e fiscalização de atividades, água, saneamento básico.
( ) São aqueles que, atendendo às necessidades coletivas, o Estado assume como seus e presta-os diretamente ou mediante delegação a concessionários ou permissionários.

A sequência está correta em

A) 4, 2, 1, 3.
B) 3, 4, 2, 1.
C) 4, 3, 1, 2.
D) 1, 2, 3, 4.

Questão 17

Sobre os atos administrativos, analise as afirmativas a seguir.

I. Autorização é um ato unilateral, discricionário, constitutivo do qual predomina o interesse particular.

II. É vedada a revogação de ato administrativo que tenha gerado direitos adquiridos.

III. Podem ser editados por agentes públicos integrantes da estrutura da Administração Pública, mas também por integrantes do Poder Judiciário, quando no exercício de funções executivas típicas.

IV. É assegurada a delegação de competência para decisão de recursos administrativos.

V. O instrumento disponibilizado à Administração Pública, para apurar infrações e aplicar penalidades aos servidores públicos, traduz a essência de seu poder de polícia.

Está INCORRETO o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) IV e V, apenas.
C) I, II e III, apenas.
D) III, IV e V, apenas.

Questão 18

Jorge, candidato ao cargo de analista da Defensoria Pública, durante seus estudos sobre o tema Controle da Administração Pública, deparou-se com as seguintes informações:

I. Doutrinariamente, afirma-se que a teoria da responsabilidade civil objetiva do Estado, sob a modalidade do risco administrativo foi aceita pela Constituição Federal de 1988.

II. O Ministério Público exerce sobre a entidade descentralizada o denominado controle finalístico, também conhecido como tutela administrativa ou supervisão ministerial que só poderá ocorrer nos limites expressamente previstos em lei.

III. Os membros do Poder Legislativo exercem o controle legislativo em face dos servidores que atuam nos órgãos integrantes da estrutura deste Poder, sejam eles servidores ocupantes de cargos efetivos ou comissionados.

IV. O controle da administração indireta difere-se do poder hierárquico pela natureza dos entes sobre os quais é exercido.

V. A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornem ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial; tal prerrogativa advém do Princípio da Eficácia Legal.

Tendo como base as doutrinas e entendimentos dos Tribunais Superiores que norteiam o direito administrativo, está correto o que se afirma em

A) I, II, III, IV e V.
B) I, II e IV, apenas.
C) II, III e V, apenas.
D) III, IV e V, apenas.

Questão 19

A Lei Geral de Proteção de Dados – Lei nº 13.709/2018, tem como principal objetivo proteger os direitos fundamentais de liberdade; privacidade; e, livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, bem como o foco na criação de um cenário de segurança jurídica, com a padronização de regulamentos e práticas para promover a proteção aos dados pessoais de todo cidadão que esteja no Brasil, de acordo com os parâmetros internacionais existentes. Tal normativa considera dado pessoal sensível aqueles que se referem à:

A) Origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso, filosófico ou político, dado referente à saúde ou à vida sexual, dado genético ou biométrico, quando vinculado a uma pessoa natural.
B) Documentação do controlador que contém a descrição dos processos de tratamento de dados pessoais que podem gerar riscos às liberdades civis e aos direitos fundamentais, bem como medidas, salvaguardas e mecanismos de mitigação de risco.
C) Toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
D) Comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Questão 20

O regime jurídico-administrativo, sistema que dá identidade ao direito administrativo, repousa sobre dois princípios básicos, os quais fundamentam a bipolaridade deste ramo do direito, quais sejam, as prerrogativas e restrições concedidas à Administração. Tais princípios não são específicos do direito administrativo, pois norteiam todos os ramos do direito público; porém, são essenciais, pois, a partir deles, constroem-se todos os demais princípios e regras que integram o regime jurídico-administrativo. Tais princípios são, respectivamente:

A) Socialidade e Operabilidade.
B) Proteção e Primazia da Realidade.
C) Controle da execução orçamentária e Eficácia Legal.
D) Supremacia e Indisponibilidade do Interesse Público Sobre o Privado.

Questão 21

Suponhamos que uma determinada lei estadual estabeleça normas administrativas, com a finalidade de compatibilizar o desenvolvimento socioeconômico com a preservação ambiental, prevendo a aplicação de penalidades e multas aos infratores. A normativa veda ofensa ou sujeição a qualquer tipo de experiência capaz de causar sofrimento ou dano aos animais. Contudo, exclui a responsabilidade sobre as condutas praticadas em decorrência da realização dos cultos e liturgias das religiões de matriz africana. Sob o aspecto constitucional, é correto afirmar que a lei estadual

A) é constitucional ao passo que resguarda o direito fundamental à liberdade religiosa e protege as manifestações de cunho religioso.
B) é inconstitucional ao prever situação que caracteriza excludente de ilicitude penal, matéria que é de competência privativa da União.
C) é constitucional, pois em matéria de proteção ao meio ambiente os Estados possuem, de forma ordinária, a competência legislativa plena.
D) é inconstitucional ao passo que, ao admitir a prática de condutas que atentem contra a integridade física dos animais, afasta a aplicação de norma constitucional que determina o seu devido amparo.

Questão 22

A Constituição Federal de 1988 estabelece que ação popular é uma garantia fundamental, e tem por finalidade anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural. A respeito dessa garantia constitucional, assinale a afirmativa correta.

A) Possuem legitimidade ativa para a propositura de ação popular o cidadão e o Ministério Público.
B) A ação popular, tal como o voto, o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular, é uma forma de exercício direito da democracia.
C) Nos termos da Constituição Federal, a legitimação ativa para a propositura da ação popular não é ampla, sendo vedado ao cidadão ajuizar ação popular em local diverso de seu domicílio eleitoral.
D) A Constituição Federal, baseada no princípio da eficiência, estabelece como requisito à propositura de ação popular o prévio esgotamento dos meios administrativos de prevenção ou repressão aos atos lesivos ao patrimônio público.

Questão 23

Pelo menos 288 pessoas trans estão inscritas em listas de espera para cirurgias envolvendo transição de gênero nos cinco hospitais habilitados pelo SUS, que oferecem esses tipos de procedimentos na rede pública de saúde. Os números foram calculados com base nas respostas das instituições obtidas pelo G1 por meio da Lei de Acesso à Informação e pelas assessorias de imprensa.

(Disponível em: G1, Ciência e Saúde.)

Considerando o dever do Estado de proteger as minorias marginalizadas e estigmatizadas da sociedade, é correto afirmar que:

A) O direito à igualdade sem discriminações abrange a identidade ou expressão de gênero, cuja manifestação fica condicionada a alguns requisitos, tais como a maioridade e a realização de perícias profissionais.
B) A alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil deve ser averbada à margem do assento de nascimento, sendo vedada a inclusão do termo transgênero quando não for requerido pelo interessado ou por determinação judicial.
C) As pessoas transgênero têm o direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, seja pela via judicial ou administrativa, exigindo-se, para tanto, apenas a manifestação de vontade do indivíduo.
D) As pessoas transgêneros que decidam se candidatar a cargo eletivo deverão se registrar na Justiça Eleitoral com o nome civil, o que impede a sua contabilização nas respectivas cotas de candidaturas masculina ou feminina, e a utilização do nome social nas urnas eletrônicas.

Questão 24

Sobre as normas constitucionais a respeito da família e sua aplicação e interpretação no ordenamento jurídico brasileiro, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A entidade familiar pode ser definida como aquela constituída pelo casamento civil ou casamento religioso com efeito civil, pela união estável entre o homem e a mulher ou por pessoas do mesmo sexo e pela comunidade formada por qualquer dos pais.

( ) Não viola a Constituição a edição de lei infraconstitucional que adote critérios de diferenciação de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros.

( ) A Constituição Federal autoriza a dissolução do casamento civil pelo divórcio direto, desde que comprovada a prévia separação judicial por mais de um ano.

( ) O dever do Estado em assegurar a assistência à família, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito das relações domésticas, se reserva à proteção da mulher.

A sequência está correta em

A) V, F, V, F.
B) V, F, F, F.
C) F, V, V, V.
D) F, V, F, V.

Questão 25

A Defensoria Pública é uma instituição permanente e essencial à função jurisdicional do Estado, e atua no exercício da defesa dos necessitados. Para o desempenho da função institucional, a Constituição Federal prevê expressamente aos membros da Defensoria Pública a garantia de:

A) Vitaliciedade, que é adquirida após dois anos de efetivo exercício no cargo.
B) Irredutibilidade de remuneração, que se dará exclusivamente pelo sistema com base em vencimento.
C) Independência funcional, que lhes assegura a plena autonomia de convicção no exercício de suas funções, ainda que divergente em relação às leis e aos princípios institucionais do órgão.
D) Inamovibilidade, que consiste na vedação à remoção injustificada do defensor, por motivos de interesse político ou perseguição, podendo ocorrer justificadamente nas hipóteses de permuta, a pedido ou de forma compulsória, como aplicação de penalidade.

CONHECIMENTOS GERAIS

Questão 26

Mato Grosso: parque com maior concentração de onças do mundo registra 2ª pior queimada desde 2013

Incêndios no Parque Estadual Encontro das Águas afetaram mais de 21 mil hectares; bombeiros usam aviões para combater o fogo. Com as queimadas no Pantanal se intensificando no segundo semestre, o Parque Estadual Encontro das Águas, localizado no Mato Grosso e considerado como a região com maior concentração de onças-pintadas do mundo, registra seu segundo pior ano de queimadas desde 2013. Segundo o Lasa, 20,18% da área do parque foi afetada por queimadas com base nos alertas de incêndio detectados por satélites. No total, são 21.825 hectares – a terceira maior marca desde o início do monitoramento, em 2012. Em 2013, foi registrado o até então segundo pior ano, com 255 mil hectares. Como ainda estamos em outubro, a possibilidade é que o acumulado de 2023 supere o de 2013.

(Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/nacional. Adaptado.)

As queimadas têm sido assunto recorrente de noticiários em várias regiões do Brasil e até do mundo, e sabe-se que:

A) A maior parte dos problemas respiratórios recorrentes estão relacionados às toxinas desprendidas pelas queimadas que prejudicam sistematicamente o meio ambiente e a saúde pública.
B) As queimadas são eventos naturais que podem causar sérios danos às áreas, atingidas embora possam causar graves prejuízos econômicos, sociais e ambientais, não podem ser consideradas como crimes.
C) No caso das queimadas antrópicas, muito comuns em áreas rurais para a limpeza do pasto ou para a preparação do solo para a próxima colheita, são parte de uma cultura ancestral e, portanto, isentas de culpabilidade criminosa.
D) São consideradas crime ambiental as queimadas que, causem poluição de qualquer natureza em níveis tais que resultem ou possam resultar em danos à saúde humana, mortandade de animais ou a destruição significativa da flora.

Questão 27

Escola é condenada a indenizar mãe de criança que foi expulsa por ser autista

Rompimento repentino do vínculo escolar aconteceu 15 dias após a matrícula da criança. Segundo o juiz, a atitude da escola estaria fomentando uma discriminação velada da menor. Uma escola foi condenada pela Justiça a indenizar em R$ 7 mil a mãe de uma criança que foi expulsa 15 dias após ser matriculada por ser autista. Segundo o juiz, relatos do diretor da escola e de uma professora no processo serviram como uma "confissão" de que, após a matrícula, eles teriam sido "surpreendidos pela gravidade" do quadro da criança para o qual "não tinham preparo técnico e decidiram pelo rompimento do vínculo escolar".

(Disponível em: https://g1.globo.com/go/goias/noticia. Acesso em: 28/08/2023.)

Atualmente, no Brasil, de acordo com a legislação vigente:

A) A medida de expulsão da escola pode ocorrer perante o comportamento do aluno que perturbe, mesmo que minimamente, de alguma forma, o funcionamento normal das atividades da escola.
B) A não aceitação na escola pode ser justificada, caso o aluno em questão não apresente laudo psicológico e/ou condições de manter um professor especializado para acompanhá-lo na rotina escolar.
C) Em todas as etapas e modalidades da educação básica, o atendimento educacional especializado deve ser organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, constituindo oferta obrigatória dos sistemas de ensino.
D) A proibição do acesso ao espaço escolar ou a retenção de um aluno, independente das suas condições intelectuais e de saúde, pode ocorrer se estiverem asseguradas pelo regimento escolar, documento soberano e de poder decisório.

Questão 28

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), enquanto os pretos e pardos representam 56% da nossa população, a proporção deste grupo entre todos os brasileiros abaixo da linha de pobreza é de 71%; já a fração de brancos é de 27%. Quando olhamos os números de extrema pobreza, a discrepância quase triplica: 73% são negros e 25% brancos. Nessa perspectiva, construir uma sociedade mais igualitária requer a compreensão do papel de cada estrutura socioeconômica na reprodução do racismo para elaborar estratégias efetivas de enfrentamento. Na educação, essa desigualdade é evidente e o combate a ela é indispensável para qualquer mudança, de modo que sem uma educação efetivamente antirracista não é possível pensar em uma sociedade igualitária.

(Disponível em: https://observatoriodeeducacao.institutounibanco.org.br. Adaptado.)

Na sociedade brasileira, apesar de absurdas, as diferenças sociais entre brancos e negros são nítidas no cotidiano. Além do aspecto econômico, é evidente o desequilíbrio na garantia de direitos, entre outros aspectos. Nesse contexto, algumas medidas visando diminuir tais discrepâncias existem, tais como:

A) A extinção da veiculação, em todo território nacional de mensagens nas mais variadas mídias, ligadas à exclusão sistêmica ou racismo, mesmo de forma velada.
B) O tratamento e atendimento preferencial no âmbito dos sistemas de saúde, aos indivíduos em situação de fragilidade social ou vítimas de práticas discriminatórias.
C) A disseminação sistemática do ideal da democracia racial, preconizada e reforçada a partir da implantação na educação, das Cotas Raciais Universitárias a nível nacional.
D) A obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana que, mesmo com muitos limites, tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes.

Questão 29

17 anos da Lei Maria da Penha e a luta contra o ciclo da violência doméstica ao feminicídio

Os 17 anos da Lei Maria da Penha foram lembrados em sessão especial no Plenário do Senado. A Lei nº 11.340/2006 classifica os tipos de violência, desde a física e sexual, passando pelos abusos psicológico, sexual e patrimonial. Em caso de violência doméstica e familiar, o agressor poderá ser afastado do lar e, em caso de prisão, fica sem direito à liberdade provisória. Medidas protetivas descumpridas poderão acarretar pena de até dois anos de prisão.

(Disponível em: https://www12.senado.leg.br/tv/programas/em-discussao. Adaptado. Acesso em: 17/09/2023.)

Tal legislação que representa o marco do enfrentamento do Brasil à violência contra a mulher. A "Lei Maria da Penha" é o principal instrumento legal de coibição à violência contra as mulheres, sendo sancionada em 2006 e, além de focar em punição à agressores, dá ênfase na prevenção e proteção às vítimas. Em relação a essa normativa e à sua repercussão, podemos afirmar corretamente que:

A) A violência de gênero, fato estrutural em nossa sociedade, passa a ser do âmbito e responsabilidade da Lei Maria da Penha.
B) Excluídos os problemas como álcool, drogas ou vulnerabilidade decorrentes da idade da vítima, o agressor feminino se enquadra na Lei Maria da Penha.
C) Com algumas mudanças, atualmente a Lei Maria da Penha preconiza a proteção à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e moral da vítima.
D) Desde a sua criação, as mulheres vítimas, especificamente de violência física, podem solicitar medidas protetivas de urgência e a prisão imediata do agressor.

Questão 30

ONU celebra 50 anos da lei sobre cinto de segurança nas estradas

A obrigatoriedade do uso do cinto de segurança nos carros foi introduzida pela primeira vez na Europa na década de 1970. Uso obrigatório do acessório já salvou milhões e vidas; assim como capacetes para bicicletas e motocicletas; atualmente, 105 países têm legislações sobre o tema. A utilização do cinto de segurança no trânsito ajudou a reduzir o número de ferimentos fatais em 45% a 50% dos condutores e veículos e passageiros que se sentam na frente. Em caso de desastres, pessoas que se sentavam no banco de trás, tiveram risco de morte e ferimentos sérios reduzidos em até 25% por estarem usando o cinto. Todos os anos, 1,35 milhão de pessoas perdem a vida nas estradas. Os dados são da Organização Mundial da Saúde (OMS), que marca os 50 anos da lei de obrigatoriedade do cinto de segurança.

(Disponível em: https://news.un.org/pt/story/2023. Em: 06/2023.)

O cinto de segurança é um dos equipamentos mais importantes para a segurança de motoristas e passageiros em um veículo. No Brasil, em relação ao uso do cinto de segurança,

A) é obrigatório por lei também no banco detrás em todos os veículos em circulação.
B) o uso de dispositivos de retenção infantil é obrigatório para crianças, mas em hipótese alguma elas são dispensadas do cinto de segurança.
C) o *airbag* pode substituir o cinto, pois ambos são dispositivos de segurança projetados para proteger os ocupantes do veículo em caso de colisão.
D) a infração por não usar o cinto de segurança é considerada leve, e incide em multa, embora não gere perda de pontos na carteira de habilitação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A seguir são apresentados alguns dados contábeis e indicadores da *Light* & *Palermo Cia. Ltda.* em 31/12/2022. Utilize-os para responder às questões 31 e 32.

- Passivo Circulante 250.000,00
- Ativo Não-Circulante..... 700.000,00
- Ativo Realizável a Longo Prazo 220.000,00
- Índice de Liquidez Corrente..... 1,40
- Endividamento Geral 60%

Questão 31

De acordo com os dados apresentados, assinale a alternativa que contenha, respectivamente, os valores corretos do Ativo Circulante e do Patrimônio Líquido da *Light & Palermo Cia. Ltda*. em 31/12/2022.

A) 320.000,00 e 390.000,00.
B) 350.000,00 e 420.000,00.
C) 370.000,00 e 440.000,00.
D) 390.000,00 e 460.000,00.

Questão 32

De acordo com as informações fornecidas, o Passivo Não-Circulante e o Índice de Liquidez Geral da *Light & Palermo Cia. Ltda.* em 31/12/2022 equivalem, respectivamente, a:

A) 340.000,00 e 0,90.
B) 350.000,00 e 0,95.
C) 360.000,00 e 0,85.
D) 380.000,00 e 0,90.

Questão 33

NBC TSP – Estrutura Conceitual estabelece os pilares fundamentais para elaboração e divulgação de informação contábil de propósito geral pelas entidades do setor público. De acordo com ela, as NBC TSP editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade aplicam-se, de forma obrigatória, aos seguintes órgãos/entidades, EXCETO:

A) Autarquias Estaduais.
B) Defensoria Pública Estadual.
C) Empresas Estatais Dependentes.
D) Fundações Privadas que recebam recursos do poder público.

Questão 34

Com base na normatização vigente sobre a Contabilidade Aplicada ao Setor Público, analise as afirmativas a seguir.

I. A despesa orçamentária deve ser considerada e realizada apenas quando percorrer todos os estágios previstos na Lei nº 4.320/1964.

II. A apuração do resultado patrimonial do exercício decorre do confronto entre as variações patrimoniais aumentativas e diminutivas, e obedece a um regime contábil misto.

III. Para fins de apuração do resultado orçamentário do exercício financeiro, devem ser levadas em consideração as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas.

Está correto o que se afirma apenas em

A) III.
B) I e II.
C) I e III.
D) II e III.

Questão 35

O Governador do Estado de Sabiá-Rei encaminhou para a Assembleia Legislativa o Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2023 estimando receitas da ordem de R$ 1.000.000,00 e despesas no total de R$ 1.020.000,00. Ainda havia no projeto a previsão de concessão de reajuste inflacionário aos servidores e empregados do Poder Executivo a ser pago a partir de janeiro/2023. Com base na situação hipotética, é correto afirmar que houve violação aos princípios

A) da Exatidão e da Exclusividade.
B) do Equilíbrio e da Exclusividade.
C) da Igualdade e da Universalidade.
D) do Orçamento Bruto e da Unidade.

Questão 36

A Lei nº 4.320/1964 é norma geral de direito financeiro destinada a regulamentar a elaboração de balanços e orçamentos dos entes da Federação. Com base em suas disposições, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

( ) A Lei institui a classificação econômica da despesa orçamentária, segregando-a entre despesas correntes e de capital. Nesta última categoria estão os Investimentos, as Inversões Financeiras e os Juros da Dívida Pública.

( ) Os créditos adicionais especiais são destinados a despesas para as quais não haja dotação orçamentária específica na Lei Orçamentária Anual. Necessitam de prévia autorização legislativa e dependem da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa.

( ) O regime de adiantamento (ou suprimento de fundos) é destinado ao atendimento de despesas urgentes de pequena monta. Desta feita, sua concessão dispensa o estágio do empenho, mas o agente suprido deve prestar contas dos valores adiantados.

A sequência está correta em

A) V, V, F.
B) V, F, V.
C) F, V, F.
D) F, F, V.

Questão 37

No que diz respeito ao Balanço Orçamentário, assinale a afirmativa INCORRETA.

A) A diferença positiva entre as despesas orçamentárias fixadas para o exercício financeiro e as despesas nele empenhadas é denominada economia orçamentária.
B) Além do Quadro Principal, o Balanço Orçamentário é composto pelos Quadros da Execução de Restos a Pagar Não-Processados e da Execução dos Restos a Pagar Processados.
C) As movimentações decorrentes de operações de crédito classificadas como Antecipação da Receita Orçamentária (ARO) não são reconhecidas em contas de natureza orçamentária.
D) As contas de natureza orçamentária (classes 5 e 6 do PCASP), utilizadas para sua elaboração, são variáveis estoque, ou seja, transferem seus saldos de um exercício financeiro para o outro.

Questão 38

Assinale a afirmativa que se encontra em DESACORDO com a Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A) O refinanciamento da dívida pública constará separadamente na lei orçamentária e nas leis de crédito adicional.
B) Na esfera Estadual, o percentual máximo da Receita Corrente Líquida que poderá ser aplicado em Despesas com Pessoal do Poder Judiciário é de 6%.
C) Como medida de responsabilidade intertemporal, a lei veda a contratação de qualquer tipo de operação de crédito no último ano de mandato do Chefe do Poder Executivo.
D) Dentre outras informações, o Anexo de Metas Fiscais conterá demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado.

As informações a seguir contextualizam as 39 e 40. Leia-as atentamente.

Na etapa de planejamento dos trabalhos, o auditor compara o Balanço Patrimonial da Cia. Papagaio dos anos de 2021 e 2022, e percebe uma flutuação significativa na conta de Salários e Encargos Sociais a Pagar, que salta 400% no período. Então, ele questiona o contador sobre o ocorrido, de forma verbal e informal, e este lhe informa que em 2022 houve reconhecimento de despesas referentes a direitos trabalhistas atrasados em função de convenção coletiva.

Após o término dos trabalhos de auditoria, o auditor coleta evidências suficientes e adequadas que levam à conclusão de que o reconhecimento foi equivocado e que tal distorção é capaz de provocar efeitos relevantes e generalizados nas demonstrações contábeis de 2022.

Questão 39

Com base nas informações disponibilizadas, é correto afirmar que os procedimentos descritos no primeiro parágrafo são denominados, respectivamente:

A) Inspeção e oitiva.
B) Recálculo e questionário.
C) Procedimento analítico e indagação.
D) Procedimento analítico e confirmação externa.

Questão 40

Em função da conclusão alcançada pelo auditor, este deverá emitir uma opinião do tipo:

A) Não modificada.
B) Modificada, do tipo adversa.
C) Não modificada, do tipo com ressalva.
D) Modificada, com abstenção de opinião.

Questão 41

A Instrução Normativa RFB nº 2.110, de 17 de outubro de 2022, dispõe sobre normas gerais de tributação das contribuições sociais destinadas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e das contribuições devidas a terceiros, assim entendidas outras entidades e fundos, e estabelece os procedimentos aplicáveis à arrecadação dessas contribuições pela Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (RFB). A contribuição devida a terceiros é disciplinada pelo Título II, Capítulo VII, da mencionada Instrução Normativa, na qual, entre outras informações, são destacados os contribuintes e as possibilidades de não incidência da contribuição devida a terceiros. Considerando o §6º do Art. 81 da Instrução Normativa RFB nº 2.110/2022, é correto afirmar que a contribuição a terceiros é devida pelo(s):

A) Conselhos de profissões regulamentadas, calculada sobre o valor da arrecadação orçamentária.
B) Segurado especial e pelo produtor rural pessoa física e pessoa jurídica, calculada sobre o valor da comercialização de sua produção.
C) Órgãos e as entidades do poder público, inclusive as agências reguladoras de atividade econômica, calculada sobre o valor da folha de pagamento.
D) Organismos internacionais; missões diplomáticas, repartições consulares e entidades congêneres, calculadas sobre o valor da folha de pagamento.

Questão 42

Instituído pelo Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007, o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped) constitui-se em mais um avanço na informatização da relação entre o fisco e os contribuintes. De modo geral, consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo, assim, sua a validade jurídica apenas na forma digital. Acerca do Sped, à luz do Decreto nº 6.022/2007, é correto afirmar que:

A) Além da relação entre o fisco e os contribuintes, o Sped é espaço virtual utilizado pelas Defensorias Públicas para a prestação de atendimento jurídico em sentido amplo, de natureza judicial e extrajudicial.
B) O acesso às informações armazenadas no Sped deverá ser aberta considerando a necessidade de transparência, não estando sujeita a observância dos critérios de sigilos comercial, fiscal e bancário, por se tratar de um sistema público de informações.
C) Os livros e documentos contábeis, fiscais e trabalhistas serão emitidos em forma eletrônica, dispensando o empresário e as pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável.
D) O Sped é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e documentos que integram a escrituração contábil e fiscal dos empresários e das pessoas jurídicas, inclusive imunes ou isentas, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Questão 43

Determinada entidade integrante da Administração Pública direta deseja contratar uma empresa para a prestação de serviços de vigilância por meio de monitoramento eletrônico. O gestor da entidade chamou o profissional de contabilidade e o questionou sobre a necessidade de retenção e recolhimento da contribuição previdenciária incidente sobre serviços de vigilância ou segurança prestados por meio de monitoramento eletrônico seguindo as orientações da Instrução Normativa RFB nº 2110, de 17 de outubro de 2022. O profissional de contabilidade respondeu corretamente que:

A) Os serviços de vigilância ou segurança prestados por meio de monitoramento eletrônico não estão sujeitos à retenção de contribuição previdenciária.
B) Os serviços de vigilância ou segurança prestados por meio de monitoramento eletrônico estão sujeitos à retenção de 11% do valor bruto da nota fiscal ou fatura e recolhe à Previdência Social a importância retida.
C) Os serviços de vigilância ou segurança prestados por meio de monitoramento eletrônico estão sujeitos à retenção de 11% do valor bruto da folha de pagamento e recolhimento à Previdência Social da importância retida.
D) Será realizada a retenção e recolhimento aplicando-se a alíquota de 20% sobre o valor bruto da nota fiscal, da fatura ou do recibo de prestação de serviço de vigilância ou segurança prestados por meio de monitoramento eletrônico.

Questão 44

Os órgãos da Administração Pública federal direta, autarquias, fundações, empresas públicas federais, sociedades de economia mista e demais entidades governamentais, os órgãos da Administração Pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações, estão obrigadas a efetuar a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos que efetuarem a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, inclusive obras de construção civil, observando as regras de retenções estabelecidas pela Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012. Sobre tratamento dos valores retidos à luz da Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações, é correto afirmar que:

A) O valor do imposto e das contribuições sociais retido será considerado como antecipação do que for devido pelo contribuinte em relação ao mesmo imposto e às mesmas contribuições e poderá ser compensado ou deduzido pelo contribuinte que sofreu a retenção.
B) Os valores retidos na fonte a título de CSLL, Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins poderão ser deduzidos com o que for devido em relação a todas as espécies de tributos, incluindo os impostos e contribuições devidas no mês de apuração a que se refere a retenção.
C) O valor a ser deduzido, correspondente ao Imposto de Renda e a cada espécie de contribuição, será determinado pela entidade responsável pelo pagamento, mediante a aplicação da alíquota total padrão de retenção que corresponde a 15%, sobre o valor do pagamento.
D) O valor retido relativo ao Imposto de Renda somente poderá ser deduzido do valor do imposto apurado no próprio mês da retenção. Caso o valor retido na fonte seja superior ao devido, a diferença não poderá ser compensada com o imposto mensal a pagar relativo aos meses subsequentes.

Questão 45

Uma pessoa aplicou R$ 10.000,00 em um título por três meses à taxa nominal de 5% a.t. Neste período, a inflação foi de 3,0% a.t. Considerando as informações apresentadas, é possível afirmar que a taxa de rendimento real é de:

A) 1,67%.
B) 1,94%.
C) 2,10%.
D) 2,00%.

Questão 46

"A Defensoria Pública do Estado do Paraná pretende contratar uma empresa prestadora de serviços de apoio técnico administrativo para realizar o planejamento, organização e administração de uma exposição sobre a história da DPE-PR. Na contratação dos serviços, a DPE-PR será responsável pela retenção na fonte e respectivo recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, considerando a alíquota máxima para o Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, definida na Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003. Em relação à retenção do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza a ser realizada pela DPE/PR, é correto afirmar que será feita a retenção de _____ referente à alíquota máxima do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza." Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmativa anterior.

A) 2%
B) 4%
C) 5%
D) 11%

Questão 47

Joana deseja realizar uma viagem de férias em 2024; para isso, realizou uma aplicação de R$ 5.000,00 em um título pelo prazo de três meses à taxa de juros composta de 2% a.m.. Considerando as informações apresentadas, é possível afirmar que o valor de resgate ao final do prazo de três meses será de:

A) R$ 5.100,00.
B) R$ 5.202,00.
C) R$ 5.300,00.
D) R$ 5.306,04.

Questão 48

O Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), em consonância com a NBC TSP 10 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos Geradores de Caixa, define que o valor recuperável do ativo gerador de caixa é o maior valor entre o valor justo líquido de despesas de venda do ativo e o seu valor em uso, sendo que o valor em uso de um ativo gerador de caixa é o valor presente da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados do uso contínuo dos ativos e de sua alienação ao final de sua vida útil. A administração da Defensoria Púbica do Estado do Paraná deseja avaliar a necessidade de redução ao valor recuperável de um dos seus ativos que se encontra em uso, com estimativa de entradas de caixa nos próximos três anos, no montante de 100 mil reais em cada ano, sendo alienado no final desse período por um valor previsto de 200 mil reais. Os dados financeiros são demonstrados na tabela a seguir:

Estimativa do Valor de Uso			
Ano	Em R$ mil		Taxa de Desconto (% a.a)
	Entradas	Saídas	
0	0	0	5,00%
1	100.000,00	0	5,00%
2	100.000,00	0	5,00%
3	300.000,00	0	5,00%

Considerando as informações anteriores, é correto afirmar que o valor em uso do ativo, ou seja, o valor presente da estimativa dos fluxos de caixa futuros esperados e de sua alienação, ao final de sua vida útil, considerando o regime de descapitalização a juros compostos é, aproximadamente:

A) R$ 431.918,80.
B) R$ 434.782,61.
C) R$ 445.092,32.
D) R$ 447.016,75.

Questão 49

Uma entidade pública realizou um financiamento para aquisição de um terreno no valor de R$ 100.000,00. O financiamento será pago pelo Sistema de Amortização Constante (SAC) em quatro parcelas mensais a juros efetivos de 10% a.m.. Considerando as informações anteriores, qual o valor a ser amortizado no pagamento da segunda parcela?

A) R$ 10.000,00.
B) R$ 25.000,00.
C) R$ 32.500,00.
D) R$ 35.000,00.

Questão 50

A Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, dispõe sobre a retenção de tributos incidentes sobre pagamentos efetuados a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços pelos órgãos da Administração Pública federal direta, autarquias, fundações, empresas públicas federais, sociedades de economia mista e demais entidades governamentais, e pelos órgãos da Administração Pública direta dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, inclusive suas autarquias e fundações. Considerando o que estabelece a Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012 e suas alterações, os valores correspondentes ao imposto de renda e às contribuições de que trata a referida norma, não serão retidos nos pagamentos efetuados a

A) templos de qualquer culto; partidos políticos; Itaipu binacional; e, sindicatos, federações e confederações de empregados.
B) serviços sociais autônomos, criados ou autorizados por lei; partidos políticos; condomínios edilícios; e, empresas de construção civil.
C) empresas de seguro; empresas de telefonia; empresas de propaganda e da publicidade; Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB); e, Organizações Estaduais de Cooperativas.
D) pessoas jurídicas exclusivamente distribuidoras de jornais e revistas; fundações de direito privado e fundações públicas instituídas ou mantidas pelo poder público; e, Agências de Viagens e Turismo.

ATENÇÃO

NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório, constituída de 1 (uma) dissertação, versando sobre quaisquer dos temas do Anexo I do Edital e 1 (uma) questão discursiva envolvendo estudo de caso, podendo versar sobre tema comum ou de conhecimentos específicos do respectivo cargo. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos, para a dissertação e 0 (zero) a 50 (cinquenta) pontos para a questão discursiva.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos do Edital e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverão ser observados os limites mínimos 20 (vinte) linhas e 30 (trinta) linhas para a dissertação e 10 (dez) linhas e 20 (vinte) linhas para a questão discursiva. Será desconsiderado, para efeito de avaliação, qualquer fragmento de texto que for escrito fora do local apropriado ou que ultrapassar a extensão máxima permitida.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não haver texto; cujo conteúdo versar sobre tema diverso do estabelecido; que fuja da tipologia, tema e proposta da prova; considerada ilegível ou desenvolvida em forma de desenhos, números, versos, com espaçamento excessivo entre letras, palavras e parágrafos, bem como em códigos alheios à língua portuguesa escrita, ou em idioma diverso do Português; que não for redigida com caneta de tinta azul ou preta; cujo texto seja, no todo ou em parte, cópia, transcrição ou plágio de outro autor; que apresentar qualquer escrita, sinal, marca ou símbolo que possibilite a identificação do candidato; ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos no Edital.
- O candidato não poderá efetuar consulta a quaisquer fontes ou meios de consulta, nem mesmo legislação para auxílio na elaboração da Prova Discursiva.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

a) Para a dissertação:

Aspectos avaliados de acordo com a norma padrão	**Pontos descontados por erro**	**Total de Pontos**
Pontuação, ortografia e apresentação (legibilidade, respeito às margens e indicação de parágrafos)	0,50 ponto	10,0 pontos
Morfossintaxe (morfologia e sintaxe)	0,50 ponto	10,0 pontos
Seleção vocabular (adequação vocabular e adequação à situação linguística e ausência de marca da oralidade)	0,50 ponto	6,0 pontos
Coesão e coerência (conexão e relação lógica entre as ideias, assim como sua distribuição entre as partes do texto)	1,0 ponto	12,0 pontos
Compreensão e conhecimento do conteúdo proposto (relevância e propriedade de resposta à temática e ao tipo de gênero textual solicitado)	1,0 ponto	12,0 pontos
TOTAL	**–**	**50 pontos**

b) Para a questão discursiva:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	40 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	10 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir: 1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 10 pontos. **2.** Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com, no mínimo, duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos. **3.** O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

DISSERTAÇÃO

Texto I

Com calor extremo, acesso à água é desafio para quem vive na rua

Pessoas em situação de rua sofrem com a dificuldade de acesso à água em dias de calor extremo em São Paulo, mas, além de ações emergenciais, é preciso pensar em adaptar as cidades para os eventos extremos do clima.

Esta semana, os termômetros ultrapassaram os 35° C e a umidade relativa do ar ficou abaixo de 35% na capital paulista. Desde a quarta-feira (27), o tempo virou. Choveu forte em São Paulo e houve mudanças drásticas de temperatura. Nesta quinta-feira (28), a máxima não passou de 17° C.

Encontrar água para beber e sombra para se esconder do sol foi um desafio para as mais de 53 mil pessoas que vivem em situação de rua em São Paulo, de acordo com Levantamento do Observatório Polos de Cidadania, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Trata-se de uma população maior que a de quase 90% das cidades brasileiras, segundo o último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

(Disponível em: https://agenciabrasil.ebc.com.br. Acesso em: 09/2023.)

Texto II

População em situação de rua cresceu nas últimas décadas

Um em cada mil brasileiros vive nas ruas. O dado é do relatório População em Situação de Rua elaborado pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania.

(Disponível em: https:tvbrasil.ebc.com.br/reporter-brasil. Acesso em: 09/2023.)

Texto III

Centro e Jardim Botânico são os bairros com mais solicitações

Dos 75 bairros curitibanos, 73 registraram ao menos uma solicitação de abordagem social de rua em 2023, o que significa que 97,3% dos bairros da Capital tiveram algum registro envolvendo pessoas em situação de rua. As únicas localidades que não tiveram qualquer ocorrência foram Riviera (na regional da CIC) e Lamenha Pequena (na regional de Santa Felicidade), que são também dois dos menores bairros curitibanos em termos de população e de número de domicílios.

Por outro lado, dois bairros concentram mais de um terço das ocorrências. São eles: Centro (2.337 registros) e Jardim Botânico (1.297). Juntas, as duas localidades concentram 3.634 solicitações de abordagem social de rua, o equivalente a 35,3% do total de registros na Capital nos quatro primeiros meses de 2023.

Outros 11 bairros tiveram 200 ou mais solicitações registradas neste começo de ano. Foram eles, na ordem: Rebouças (509); Boqueirão (434); Água Verde (304); Cidade Industrial (287); Batel (273); Cristo Rei (250); Sítio Cercado (240); Novo Mundo (230); Cajuru (226); Portão (206); e, Bigorrilho (203).

Veja os números:

Solicitações feitas à Central 156 de "Abordagem Social de Rua" (dados de janeiro a abril de cada ano)

2023: 10.306
2022: 10.456
2021: 9.087
2020: 7.855
2019: 5.726

(Rodolfo Luis Kowalski Em: 21/05/2023. Disponível em: https:www.bemparana.com.br.)

Texto IV

(Por: Grupo Editores Blog. Em: 9 de fevereiro de 2020. Disponível em: https://blogdoaftm.com.br.)

Produza uma dissertação, com base nos textos motivadores, tendo como tema:

"Vulnerabilidade de pessoas em situação de rua, um desafio social".

DISSERTAÇÃO

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

QUESTÃO DISCURSIVA

A Constituição Federal de 1988 dispõe:
"Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:
I – o plano plurianual;
II – as diretrizes orçamentárias;
III – os orçamentos anuais." *(BRASIL, 1988.)*
A Constituição Federal de 1988 reforçou a concepção que associa planejamento e orçamento, criando um sistema orçamentário no qual o orçamento público é composto pelos seguintes instrumentos de planejamento: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA), tornando mais efetiva a adoção do Orçamento-Programa que está diretamente relacionado aos objetivos, planos e metas do governo durante um determinado período de tempo.

(GIACOMONI, 2010; ALBUQUERQUE, MEDEIROS, FEIJÓ, 2008.)

Considerando as informações apresentadas, atenda às questões propostas de forma clara, organizada e com argumentos que evidenciem notório conhecimento pragmático a respeito do tema proposto.

a) Disserte sobre cada um dos instrumentos de planejamento e orçamento: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentaria Anual (LOA).
b) Justifique a maior efetividade na adoção do Orçamento-Programa pelo sistema orçamentário brasileiro.

QUESTÃO DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

RASCUNHO

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTITUTO
CONSULPLAN

INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta preta ou azul, feita de material transparente e de ponta grossa.

2. É proibida, durante o período de realização das provas o uso de óculos escuros, boné, chapéu, gorro, lenço, abafadores auriculares, tampões e/ou similares, fazer uso ou portar, mesmo que desligados, telefone celular, relógios de qualquer tipo, pulseiras magnéticas, agenda eletrônica, calculadora, *notebook*, *smartphone* ou similar, máquinas fotográficas, controle de alarme de carro, transmissor/receptor de mensagens de qualquer tipo ou qualquer outro equipamento eletrônico, qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos ou entre estes e pessoas estranhas, oralmente ou por escrito, bem como não será permitido o uso de notas, livros, anotações, réguas de cálculo, códigos, manuais, impressos, manuscritos, códigos e/ou legislação, ou qualquer outro material literário ou visual de consulta, os candidatos não poderão utilizar-se, em hipótese alguma, de lapiseira, corretivos ou lápis-borracha ou outro material distinto do constante no Edital.

3. Para garantir a segurança do processo, o candidato poderá ser submetido a detector de metais durante a realização das provas. Os candidatos com cabelos longos devem comparecer com os cabelos presos, deixando as orelhas à mostra. Com vistas à garantia da isonomia e lisura do certame e ainda a critério do Instituto Consulplan, o candidato poderá ser submetido à identificação especial que compreende a coleta de assinatura e da impressão digital em formulário próprio, durante a realização das provas. Poderá ser exigida também a identificação pessoal ao candidato, cujo documento de identificação apresente dúvidas relativas à fisionomia ou à assinatura do portador.

4. O caderno de provas consta de 60 (sessenta) questões de múltipla escolha para o cargo de nível médio e 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior. A Prova Discursiva (uma dissertação e uma questão discursiva) será aplicada somente para os cargos de nível superior.

5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo/especialidade a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para os cargos de nível superior) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos, ou o material esteja incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação, não cabendo reclamações posteriores neste sentido.

6. A prova terá duração de 5 (cinco) horas, para todos os cargos de nível superior, exceto para o cargo de Técnico Administrativo, cuja prova terá duração de 4 (quatro) horas. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para os cargos de nível superior).

7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva somente para os cargos de nível superior) devidamente preenchidas assinados em local indicado.

8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião nem prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.

9. O candidato não poderá fazer anotação de informações relativas às questões das provas e suas respostas (copiar gabarito ou redação) em quaisquer outros meios. O candidato flagrado nesta consulta poderá ser eliminado do certame.

10. Os candidatos somente poderão ausentar-se do recinto de realização das provas decorridas 2 (duas) horas do início de realização das provas, por motivo de segurança. O candidato que, por qualquer motivo, se recusar a permanecer em sala durante o período mínimo estabelecido no edital terá o fato consignado em ata, pelo Instituto Consulplan, e poderá ser eliminado do Concurso Público. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 30 (trinta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término.

11. Os 3 (três) últimos candidatos somente poderão deixar a sala de realização das provas, juntos, após assinarem o termo específico da ata de aplicação.

RESULTADOS E RECURSOS

- O prazo para interposição de recurso será de 2 (dois) dias úteis, contados do primeiro dia útil subsequente à data de publicação oficial do objeto do recurso.

- Para interposição de recursos o candidato deverá acessar no endereço eletrônico do Instituto Consulplan www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao objeto do recurso, que será disponibilizado no prazo previsto no edital, e inserir as informações solicitadas.